



TERMO ADITIVO

PROCESSO SEI N.º 19973.101189/2019-04

TERMO ADITIVO Nº 9/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA CENTRAL DE COMPRAS, VINCULADA À SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS E A GOL LINHAS AÉREAS S.A., PARA ESTABELECEER AS CONDIÇÕES RELATIVAS À AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

A UNIÃO, por intermédio da Central de Compras, vinculada à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, com sede no Bloco "C", da Esplanada dos Ministérios, CEP 70046-906, Brasília-DF, inscrita no CNPJ nº 00.489.828/0051-14, neste ato representada pela Diretora, **LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA**, nomeada pela Portaria DGP/ME nº 2.608, de 30 de março de 2023, doravante denominada **CREDENCIANTE/CONTRATANTE**, e de outro lado a companhia aérea **GOL LINHAS AÉREAS S/A**, doravante denominada **CREDENCIADA/CONTRATADA**, com sede em sede na Praça Senador Salgado Filho s/nº, Aeroporto Santos Dumont, térreo, área pública, entre os eixos 46-48/O-P, Sala de Gerência Back Office, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20.021-340, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.575.651/0001-59, neste ato representada pelo Presidente **CELSO GUIMARÃES FERRER JÚNIOR** e pela Diretora Vice Presidente **CARLA PATRÍCIA CABRAL DA FONSECA**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19973.101189/2019-04 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com fundamento no *caput* do artigo 25 do referido diploma legal, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato objeto deste Termo, decorrente do Credenciamento nº 1/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo a alteração contratual, com a revisão supressiva de subitens relativos ao tópico 15. DO PAGAMENTO, no Projeto Básico, parte integrante do edital de Credenciamento nº 1/2020, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "c", da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo por base:

1.1.1. Proceder a exclusão dos subitens 15.2, e seus subsequentes 15.2.1, 15.2.2, 15.2.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5, perfazendo removidos do Projeto Básico (Anexo-I), do edital de Credenciamento nº 1/2020.

1.1.2. Em substituição ao procedimento previsto no subitem 15.2., e seus subsequentes, serão adotados os seguintes trâmites referentes ao pagamento:

1.1.2.1. O dimensionamento e o faturamento serão efetuados pela equipe de fiscalização da Central de Compras a partir de dados extraídos diretamente do SCDP.

1.2. Fica excluído o Anexo VII, do Projeto Básico - Modelo de Relatório Eletrônico.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

2.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, naquilo que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

3. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

3.1. O presente Instrumento será publicado, em extrato no Diário Oficial da União, de acordo com o estabelecido no Parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

4.1. Este Termo Aditivo só terá validade e eficácia na data em que assinado, após aprovado pela autoridade competente e publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

4.2. Parágrafo único. Compete à CONTRATANTE providenciar, às suas expensas, a publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

4.3. E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelas partes e testemunhas abaixo.

Brasília, na data das assinaturas eletrônicas.

LARA BRAINER MAGALHAES TORRES DE OLIVEIRA

Representante legal da CONTRATANTE

CELSON GUIMARÃES FERRER JÚNIOR
Representante legal da CONTRATADA

CARLA PATRÍCIA CABRAL DA FONSECA
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHA:

EPAMINONDAS DIMITRIOS KARAGIANNIS
Coordenador-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Celso Guimarães Ferrer Junior, Usuário Externo**, em 08/10/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Patricia Cabral da Fonseca, Usuário Externo**, em 29/10/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro, Diretor(a) Substituto(a)**, em 31/10/2024, às 04:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Epaminondas Dimitrios Karagiannis, Coordenador(a)-Geral**, em 31/10/2024, às 07:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41497017** e o código CRC **9FD28202**.